Resenhas

O debate sobre as origens e a organização social de Israel, desde a publicação de *As Tribos de Yahweh*, por Norman K. Gottwald, tem sido intenso e acontece nos vários continentes onde os eruditos bíblicos atuam. No presente, a tese de Gottwald tem sido praticamente desmontada por suas incongruências e seu caráter anacrônico. Entretanto, nenhum outro modelo se fixou plenamente no ambiente acadêmico. Como em nosso meio a tese de Gottwald tem sido aceita quase que sem contestação, achamos importante apresentar duas propostas mais recentes, a fim de estimular o debate e a pesquisa sobre este tema.

Rainer NEU, *Von der Anarchie zum Staat – Entwicklungsgeschichte Israels vom Nomadentum zur Monarchie im Spiegel der Ethnosoziologie*. Neukirchener Verlag, Neukirchen, 1992.

Rainer Neu é teólogo alemão, nascido em 1950. Estudou Teologia, Sociologia e Filosofia. O seu livro procura abordar a questão das origens e desenvolvimento social de Israel até o surgimento da monarquia, sob o prisma da etno-sociologia.

Neu parte do pressuposto de que os antepassados dos israelitas eram nômades. Os nômades são criadores de gado pequeno que não têm morada certa e cujos bens são móveis. Um nômade não tem nenhum interesse em se fixar na terra e produzir. Ele só faz isso quando for obrigado por alguma circunstância. Os grupos nômades pré-israelitas não têm ligação entre si, além do fato de que são semitas. Os nômades pré-israelitas se desenvolveram desde a segunda metade do segundo milênio aC.

A sua organização social funciona como um sistema de descendência patrilinear segmentarizada. A genealogia se estende vertical e horizontalmente. Sua economia é de subsistência, apesar de que também realizavam operações de troca com outros grupos nômades ou sedentários. No âmbito político, a única autoridade é o pai. Cada grupo nômade tem total autonomia interna quanto à economia, direito e culto. Sua religião era a religião do "Deus dos Pais", um Deus

sem nome próprio, ligado a um grupo e um local. Uma liga, ou centro cultual comum pré-israelita, não se encontra no Antigo Testamento. Há, porém, lugares cultuais comuns.

Esses grupos nômades avançaram em direção a Canaã porque o equilíbrio entre produção e consumo foi quebrado. Isso aconteceu em virtude do crescimento populacional dos mesmos. Para conseguir restabelecer o equilíbrio, muitos clãs se dividiram para procurar novas terras (Gn 13,1-18), ou estabeleciam um acerto para usufruir das terras dos outros (Gn 21,22-34). A crise do crescimento, portanto, fez surgir o princípio da segmentação, provocando sempre mais segmentos do tronco principal. Alguns destes segmentos foram empurrados para dentro de regiões da terra cultivada de Canaã por outros segmentos mais fortes. Isso quer dizer que os pré-israelitas foram para Canaã, não para se tornarem sedentários, mas para encontrar terra e continuar sua vida nômade, o que efetivamente aconteceu com alguns grupos. Portanto, "os pré-israelitas nômades viveram em Canaã antes que lá se tornassem sedentários" (p. 89).

Apesar de se poder pressupor um convívio pacífico inicial em Canaã, os conflitos não tardaram. Nessas ocasiões, tendo por base o parentesco, os grupos realizavam uma espécie de coalizão para combater o inimigo. O sistema de parentesco, portanto, estabelece o princípio da aliança. Isso nos mostra que o princípio da segmentação e o princípio da aliança são formas de organização social do sistema de parentesco. Estes princípios possibilitam uma consolidação social temporária, a partir de uma existência comum esfacelada. Esta forma de organização social deve ser vista como a estrutura política desses grupos. A partir daí podem ser feitas algumas observações sobre a entrada em Canaã:

a. O processo de tomada da terra foi um processo lento e variado de diversos grupos nômades. É uma procura por lugar para continuar a vida nômade, e deve ser diferenciada da sedentarização posterior;

b. O deslocamento do povoamento das regiões limítrofes das estepes para Canaã é uma conseqüência da segmentação de grupos nômades na transição para a sedentarização. Esta segmentação leva à expansão, como um processo para fora. A movimentação expansionista em direção a Canaã começa apenas com alguns grupos que se "fixam" em território com pouca população.

c. A vitória desta sociedade segmentada contra as cidades-estado cananéias aconteceu em virtude do seu princípio de organização política e da desestruturação da sociedade cananéia. Os segmentos expandidos se ajudam mutuamente em ações militares contra grupos estranhos.

d. A variedade dessas alianças leva à unificação com grupos estruturalmente aparentados e com os *hapiru*. O povoamento, portanto, vem de fora (da estepe) e de dentro (cidades-estado cananéias). Um elemento para a miscigenação dessas populações foi o casamento.

A pesquisa vétero-testamentária alemã, enquanto aponta para o processo de tomada da terra como um movimento basicamente pacífico, descuidou do aspecto de que a imigração não é apenas um processo social contínuo de miscigenação. Josué 1–12 e Juízes 1 pressupõem uma onda de imigração em um período determinado, e que, na necessidade, abriram seu caminho com violência. Conforme a lista contida em Gn 36,31-39 os madianitas tinham subjugado os territórios de Edom e Moab (v. 35). Isso deve ter sido em torno dos séculos XIV/XIII aC. Nesta época, os madianitas controlavam toda a região das estepes do deserto siro-arábico, ocasião em que iniciou a imigração dos pré-israelitas nômades em Canaã. Portanto, tentando fugir

do controle dos madianitas, os pré-israelitas nômades deixaram a região das estepes, na beira do deserto, e se aproximaram de Canaã. A explicação para o sucesso militar dos madianitas deve-se ao emprego do camelo. Estas campanhas militares de conquista dos madianitas fizeram com que surgissem as ondas de migração dos grupos nômades em direção ao oeste e ao norte (região pouco habitada da terra cultivável de Canaã).

Já na terra, os pré-israelitas nômades se tornaram agricultores sedentários por causa do crescimento populacional e do escasseamento da área disponível para o pastoreio. Contudo, até hoje a pesquisa não conseguiu chegar a uma compreensão social e histórica satisfatória do período entre a entrada na terra e a monarquia. As teses para compreender o Israel desse período como anfictionia, ou confederação tribal, são inadequadas. Ainda precisa ser confirmada, para o período anárquico de Israel, uma instituição central de direito, ou uma organização militar nacional, ou um santuário central. Não existe nenhum texto do AT que possa indicar algum tipo de vida comum dos troncos israelitas no período anárquico. O relacionamento dos troncos deve ser definido, desde a sua base, de uma nova maneira.

Nos empreendimentos militares e políticos não se consegue reconhecer uma grandeza única. Apesar de haver diversas tradições e trabalhos literários, em praticamente todos os textos é possível verificar que as possibilidades políticas e militares de Israel deste período repousam sobre um modelo de organização de parentesco, do qual o sujeito da negociação são as ligas familiares. A estrutura da linhagem forma o quadro do sistema político. Após a sedentarização, a estrutura social nômade pré-israelita continua viva. Contudo, as ligas familiares inclinam-se para a autonomia e segmentação, mas não conhecem nenhuma organização central duradoura.

A sociedade israelita no período anárquico é um sistema de descendência patrilinear. Israel é o nome de uma única linhagem segmentada. Os "doze troncos" de Israel não são uma lista genealógica (no sentido: linhagem-descendência), mas sim uma lista de irmãos de uma só geração. As genealogias trazem um pano de fundo nômade, enquanto as listas de irmãos, um pano de fundo sedentário. As duas listas, contudo, não estão separadas, elas têm o seu vínculo. A combinação das duas listas amarra dois elementos sociais unidos: o princípio do parentesco e o princípio territorial. É na interligação destes dois princípios que surge o povo de Israel em Canaã. Isto significa que "Israel nasce em Canaã através do paulatino crescimento (pacífico ou violento) conjunto de grupos segmentários anárquicos, dos quais sua única união original é a não-afinidade com uma organização estatal central do país. A falta de uma autoconsciência nacionalista é evidenciada pelo fato de que até o período da monarquia nenhum israelita se designa como descendente de Abraão, Isaac ou Jacó, apesar do sistema de descendência. O nome Israel, portanto, não corresponde a nenhuma autoconsciência especial, mas pode ser um simples epônimo".

A forma de organização do período nômade pode ser pressuposta para as condições de vida sedentária, na qual os princípios do parentesco e territorial são integrados. Os israelitas, que se tornaram sedentários em Canaã, no período inicial trabalhavam a terra como propriedade comunitária, e a terra cultivável adquirida era trocada periodicamente através de sorteio. Apenas após um período de familiarização com as técnicas agrícolas, surgem as famílias nucleares e a propriedade privada. Esta mudança acontece em virtude do escasseamento da terra, tendo em vista o crescimento da população. A terra já não é mais distribuída por sorteio às ligas familiares, mas passa a ser um direito de herança para o filho mais velho. O

culto, a jurisprudência, que eram responsabilidades da liga, passam a ser responsabilidade da família nuclear. À "casa do pai" pertencem, agora, somente: filhos, noras e netos (se o filho mora com o pai). O pai é o proprietário dos bens da família, é a autoridade máxima (Gn 38,24; Ex 20,12). Com a mudança social, os "pais" (anciãos) desempenham uma nova tarefa: são os representantes das famílias do local para o caso de situações que requeiram uma ação conjunta. Os juízes menores são, provavelmente, pessoas responsáveis em preservar o direito divino em Israel.

Enquanto que fenomenologicamente o grupo social não muda, estruturalmente é constatado um deslocamento do princípio de parentesco para o princípio territorial. A ligação dos grupos cresce a partir do contato com os vizinhos. Somente as relações territoriais e de parentesco fortalecem a manutenção da força da solidariedade. O surgimento da propriedade privada encaminha para um processo de diferenciação social. Neste contexto, com os líderes carismáticos, pela primeira vez se exerce uma liderança, em Israel, não vinculada ao parentesco. Trata-se de uma forma de liderança individual, temporária e local.

Neste processo também acontece o alargamento das tradições religiosas. A arqueologia pode comprovar a existência de inúmeros lugares cultuais nos lugares de peregrinação. Ali se encontram os moradores circunvizinhos, nos sábados, nas luas cheias, ou nos grandes dias de festa. Nesta época os israelitas aceitavam os lugares cultuais dos cananeus e seus costumes. Estes lugares são basicamente lugares de culto familiar, e, desta forma, preservam a religião nômade do Deus do Pai. Contudo, os pré-israelitas encontraram em Canaã um sistema religioso elaborado, o qual correspondia às necessidades da sociedade agrária, tendo El como Deus supremo. Como "El" era uma designação semita ampla para Deus, assim como também vinculava um determinado grupo de pessoas a si, é provável que o culto ao Deus do Pai pertencia, já na entrada na terra, à religião de El.

No entanto, outros grupos pré-israelitas isolados das estepes ao sul de Canaã conheciam Javé, "o Deus que guia". As expressões como "Javé, que vem do Seir", "Javé veio do Sinai", indicam a direção entre o Mar Morto e o Golfo de Ácaba. Nesta região encontramos os madianitas, calebitas, recabitas e quenitas, adoradores de Javé. Isso é indicativo para encontrarmos o surgimento do javismo entre os nômades das estepes do sul de Canaã. Se de início Javé era conhecido como o Deus da guerra, não é mais possível descobrir. Contudo, esta idéia mais tarde fica clara. Esta caracterização está próxima da tradição do êxodo, mas é difícil dizer se Javé pertence a ela desde o início.

Mas antes que Javé se tornasse o Deus de Israel, o Deus do Pai havia sido identificado com El. O problema agora consistia em como igualar El com Javé, pois El havia se tornado o deus dos patriarcas antes de Javé. Desta forma, a identificação de Javé com o Deus dos Pais (passando por El) está numa terceira fase. A Javé são atribuídas características do Deus dos Pais e também todos os lugares cultuais, que no início estavam vinculados com o culto ao Deus dos Pais, foram vinculados com Javé. Somente no período da monarquia (sob Josias), procurou-se desvincular o culto a Javé desses santuários cananeus, através da exigência de centralização do culto.

O surgimento da monarquia está dentro desse processo de sedentarização. A tese da ameaça filistéia não é apropriada para explicar o seu surgimento. As fontes vétero-testamentárias e os estudos etnográficos não confirmam a tese de uma subordinação militar da sociedade segmentária. A causa principal do seu surgimento está nas mudanças do sistema social israelita, especialmente no sistema de parentesco. O princípio da territorialidade paulatinamente vai se sobrepondo ao da

descendência. Surge a família nuclear e a propriedade privada. Desaparece a autoridade do pai e surgem os homens da cidade. A religião passa por processos de identificação, e desenvolve-se num sistema que abrange toda a sociedade. Surgem as primeiras cidades e os comandantes militares (líderes carismáticos/juízes).

A tentativa de entabular uma instância central com um regente não deve ter sido simpática em Israel, tendo em vista a longa tradição de autonomia pessoal, econômica, jurídica e cultual. A resistência contra o reinado é um elemento que acompanha Israel desde o surgimento das cidades. A consciência de igualdade permaneceu forte por muito tempo no âmbito jurídico. Este procedimento não fora prejudicado e acontecia ainda por muito tempo nas jurisdições locais durante o período do reinado. Contudo, através da crescente complexidade dos relacionamentos sociais, a jurisdição precisou criar para si uma instância que estivesse acima dos interesses particulares dos grupos, mas que ao mesmo tempo preservasse a consciência de igualdade e autonomia da minoria da sociedade. Este passo importante foi dado no contexto do sistema de parentesco, com a institucionalização do tribunal local nos portões das cidades. Esta mudança constitui o primeiro estágio em direção à regulamentação do direito em Israel.

O ato de julgar é um privilégio de domínio. O reinado recebeu esta herança. Para os primeiros reis de Israel, contudo, não se reconhece nenhuma competência jurídica. O rei só exerce uma função jurídica nos casos que se relacionam com a instituição monárquica. No julgamento e no procedimento jurídico, o sistema de parentesco preserva a sua autonomia e soberania. Um vínculo entre corte e competência jurídica somente se torna conhecido na literatura profética. A elaboração de uma organização jurídica é provável por volta da metade do século IX aC. A prova mais clara acerca da centralização do processo jurídico encontra-se em Amós 5,7.10-12. Percebe-se aqui que, mesmo nos dias de Amós, o processo jurídico na porta da cidade permanece, mas a composição social do grêmio jurídico se modificou consideravelmente (v. 11). O mesmo se pode perceber em Is 10,1-2, assim como também na narrativa antiga acerca da vinha de Nabot (1Rs 21). A diferença entre os textos é que, na narrativa de 1Rs 21, o culpado direto é o rei. Devemos perceber que não é criticada a forma organizacional do processo, e sim o procedimento injusto. Esta é a lógica do reinado: trazer um círculo cada vez maior da sociedade debaixo do seu controle.

Rudi Tünnermann
Rua Wilhelm Rotermund, 889-B
93030-120 São Leopoldo-RS

R.B. COOTE & K.W. WHITELAM, *The Emergence of Early Israel in Historical Perspective*, The Almond Press, Sheffield, 1987, 212 p.

Pressupostos da obra

1. A discussão sobre as origens de Israel depende muito da análise exegética de textos bíblicos que são inadequados para a reconstrução historiográfica;

2. Os modelos das origens de Israel são teorias de fator único, por isso são inadequados;

3. A teoria histórica subjacente aos escritos principais é insuficiente para lidar com as complexas questões ligadas à origem de um povo.

Metodologia

1. Segue F. Braudel, ao optar pela "longa duração" como critério historiográfico (Braudel é um dos expoentes da chamada "História Nova", ou "Escola dos Annales" francesa. Para uma síntese do pensamento dessa escola historiográfica, pode-se consultar P. Burke, *A Escola dos Annales 1929-1989. A Revolução Francesa da Historiografia*, Editora da Unesp, São Paulo, 1992).

2. Procura utilizar um método holístico, dando ênfase, porém, aos dados provenientes da arqueologia;

3. Estuda as origens de Israel juntamente com a formação do Estado monárquico, pois julga que são eventos inseparáveis desde o ponto de vista da pesquisa;

4. Objetiva mostrar "como o comércio inter-regional afeta a política e as relações econômicas locais" (p. 8);

5. Utiliza-se de um procedimento historiográfico eclético, aproveitando elementos oriundos de diversas ciências humanas e sociais.

Principais teses

1. Essencialmente, Israel origina-se de populações palestinenses; pouca atenção é dada ao êxodo e aos grupos não-palestinenses na formação de Israel;

2. Israel é o resultado de acordos de "objetivos imediatos" entre agricultores das planícies, agricultores das montanhas (exemplo: beduínos ou ex-agricultores das planícies) e grupos nômades em geral;

3. O fator mais importante na formação de Israel é o nível do comércio internacional que, por sua vez, está intimamente ligado ao grau de controle estatal-imperial sobre a região palestinense;

4. A formação de Israel não foi um evento singular, mas um acontecimento "normal" dentro dos padrões demográficos e políticos da região, considerando-se uma perspectiva de longa duração;

5. Da mesma forma, a passagem do tribalismo para a monarquia deve ser vista como um desenvolvimento "natural" (embora não inevitável), do novo povo Israel, e deveu-se basicamente às mesmas condições que possibilitaram a formação de Israel;

6. O fator ideológico possui pouco peso na formação de Israel e no surgimento do Estado. São preponderantes os fatores econômico, geográfico e político.

Questionamentos críticos ao livro

1. Sobre os pressupostos

1.1. Os pressupostos 2 e 3, a meu ver, possuem plena validade, e devem ser levados em consideração em qualquer estudo das origens de Israel;

1.2. O primeiro pressuposto, entretanto, padece de dois defeitos: 1) desconsiderar os textos bíblicos como fonte para a reconstrução histórica é, no mínimo, um procedimento aventureiro, que nos deixa com poucos materiais historiográficos relevantes; 2) é um procedimento incoerente, pois o método da História Nova dá alto valor histórico aos textos religiosos, e tem desenvolvido uma interessante metodologia para sua utilização historiográfica.

2. Sobre a metodologia

2.1. A utilização dos métodos da História Nova é bastante positiva para o avanço dos estudos históricos dos tempos e povos bíblicos. Entretanto, a História Nova possui já uma "longa duração", e várias de suas propostas têm sido discutidas e reformuladas. Não parece que os autores do livro estejam atualizados quanto a tais processos epistemológicos;

2.2. Os autores reconhecem o caráter provisório e hipotético das deduções baseadas em achados arqueológicos. Todavia, parece-me que baseiam-se por demais fortemente nessas mesmas deduções. Neste caso, ainda possuem validade as observações críticas de Gottwald em *As Tribos de Yahweh*;

2.3. Tendo adotado um método "holístico" e eclético, não vejo fundamento para a desconsideração dos fatores ideológicos nas origens de Israel e da monarquia. Nesta linha, cabe retomar a perplexidade no tocante à subutilização dos textos bíblicos.

3. Sobre as principais teses do livro

3.1. Com exceção da desconsideração dos grupos provenientes do êxodo e de regiões não-palestinenses, a primeira tese parece válida, pelo menos em função do estágio atual da pesquisa vétero-testamentária;

3.2. Dada a pouca atenção aos fatores ideológicos, a segunda tese não me parece adequadamente fundamentada – carece de maiores estudos e demonstração científica;

3.3. A terceira tese também me parece sem fundamentação suficiente, apesar dos esforços dos autores. Sabemos muito pouco sobre o comércio internacional da época, e não é muito provável que este fator seja mais importante do que fatores locais na formação de Israel;

3.4. A quarta tese possui relevância, pois nos ajuda a enxergar as origens de Israel em perspectiva mais ampla, supra-regional, que contribui para a diminuição dos riscos inerentes à especialização bíblica. Entretanto, está apresentada de forma algo exagerada, ao negar qualquer singularidade ao povo de Israel no conjunto da história do Antigo Oriente;

3.5. A quinta tese também possui valor heurístico, embora deva ser enriquecida com o acréscimo das considerações ideológicas;

3.6. A última tese é metodologicamente incoerente. É, também, a meu ver, inconsistente com os fatos sociais, pois os fatores ideológicos são de importância no estudo de qualquer sociedade.

Uma breve apreciação

O livro ajuda a demonstrar a impossibilidade de teorias de fator único explicarem as origens de Israel e torna cada vez mais evidente a necessidade de avanços significativos na metodologia histórica aplicada aos estudos bíblicos. O livro, bem como as discussões mais amplas sobre as origens de Israel, nos fazem repensar a "idealização" da formação de Israel e do tribalismo em certos círculos latino-americanos. Semelhantemente, faz-nos ver o surgimento da monarquia com olhar menos "maniqueísta" e apologético. Por fim, aponta a necessidade imperiosa de uma conjugação mais ampla entre os esforços exegéticos e as pesquisas arqueológicas.

Júlio Paulo Tavares Zabatiero
Caixa Postal 1510
86001-970 Londrina, PR